



Melhores práticas na formação de juízes e magistrados do Ministério Público

Tipo de prática: Prática Promissora

País: Bulgária

abril de 2014

Designação da prática	Abordagem global e multifacetada para a formação no domínio do direito da UE
Principais características:	<p>Na Bulgária, o Instituto Nacional de Justiça (INJ) implementou vários instrumentos que contribuem para a aplicação correta do direito da UE pelos magistrados búlgaros. Um dos instrumentos é a utilização da Extranet e de um fórum de debate num portal de aprendizagem à distância.</p> <p>Desde 2009, o INJ tem utilizado o instrumento Extranet, para além do seu portal de aprendizagem à distância e do fórum de debate. Desempenha um papel de apoio no processo de formação, uma vez que satisfaz a necessidade de proporcionar uma fonte fiável de informação que é atualizada regularmente e que pode ser facilmente acedida e consultada.</p> <p>Este espaço virtual profissional foi criado em 2007-2009, no âmbito de projetos financiados pela UE. Inicialmente, foi concebido como um instrumento de comunicação para servir a magistratura em questões relacionadas com o direito europeu. Posteriormente foi melhorado, a fim de servir como uma plataforma para o intercâmbio de informações na rede de coordenadores no domínio do direito da UE nos tribunais. Atualmente, o INJ encontra-se a carregar uma grande variedade de materiais informativos e de formação destinados a serem utilizados profissionalmente por juízes e magistrados do Ministério Público registados como utilizadores.</p> <p>Desde 2012, este espaço virtual profissional foi igualmente aberto a</p>

	<p>magistrados do Ministério Público e juizes estagiários. Todos os materiais de formação com um conteúdo prático (decisões do tribunal, mandatos e exercícios utilizados durante a sua formação inicial de nove meses no INJ) são carregados na Extranet, podendo os participantes consultá-los a partir de qualquer localização. Além disso, em 2013, ao abrigo de um projeto financiado pela UE, o INJ adquiriu livros eletrónicos para os juizes estagiários a fim de ajudá-los no processo de aprendizagem durante a sua formação inicial.</p> <p>Além do mais, o INJ fornece informações atualizadas sob a forma de vários recursos eletrónicos através da sua página Web. Na mesma linha de atividades, inclui publicações eletrónicas no domínio do direito da UE dirigidas a todos os magistrados. Foi desenvolvida uma sub-página específica no sítio Web do INJ dedicada ao mandado de detenção europeu com o intuito de abranger várias questões práticas relacionadas com a sua aplicação correta. As informações são atualizadas de forma contínua, e incluem estudos de casos e outros exemplos atuais do Tribunal de Justiça Europeu.</p>
<i>Contactos da instituição</i>	<p>Instituto Nacional de Justiça (INJ) 14 EkzarhYossif Str BG 1301 Sófia Bulgária Telefone: + 359 2 9359 100 Fax: +359 2 9359 101 Endereço de correio eletrónico: nij@nij.bg Sítio Web: http://www.nij.bg</p>
<i>Outras observações</i>	<p>Esta é uma PRÁTICA PROMISSORA, pois tem potencial, mas que exige um investimento significativo a fim de disponibilizar e manter as informações necessárias.</p> <p>Os instrumentos mencionados fazem parte da melhor prática «Abordagem global e multifacetada para a formação no domínio do direito da UE e da cooperação judiciária internacional», descrita no campo «Aplicação de instrumentos de formação para favorecer a aplicação correta do direito da UE e a cooperação judiciária internacional».</p> <p>Os outros instrumentos em vigor no INJ são os seguintes: 1) direito da UE como parte integrante de programas de formação no domínio do direito nacional no INJ; 2); e 3) uma rede nacional de coordenadores no</p>

domínio do direito da UE.

Desde 2011, o direito da UE não é distinguido como uma disciplina separada, encontrando-se permanentemente integrado como um módulo na formação no domínio do direito nacional no INJ, p. ex., «Aplicação do Código de Família em sintonia com o direito da UE», «Procedimento de injunção de pagamento – quadro jurídico de acordo com o Código de Processo Civil e o direito da UE», etc.

Além disso, o INNJ criou uma rede de coordenadores no domínio do direito da UE. Essa rede inclui juízes de direito civil, comercial, administrativo e penal que agem como principais pontos de referência nos principais tribunais búlgaros. Têm acesso a recursos adicionais em matéria de informação e podem ser consultados pelos seus colegas para obtenção de informações específicas ou aconselhamento sobre a aplicação do direito da UE. Os juízes coordenadores mantêm igualmente contacto profissional com o Instituto Nacional.

A aplicação da presente prática contribui para manter a sensibilização geral dos magistrados búlgaros para a aplicação dos vários instrumentos jurídicos no domínio do direito da UE.

Fonte: Projeto-piloto - Formação Judiciária Europeia: «Lote 1 – Estudo sobre as melhores práticas na formação de juízes e magistrados do Ministério Público», realizado pela Rede Europeia de Formação Judiciária (REFJ)